

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PR2022.12/CLHO-05144**

**PARECER Nº 057/2023/CGM**

**UNIDADE EMITENTE: SUBCONTROLADORIA GERAL**

**EMENTA:** PR2022.12/CLHO-05144 – ASSUNTO GERAL: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CAMISAS, CAMISETAS, TECIDOS E FARDAMENTO ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE COELHO NETO/MA. INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO E SAÚDE. ANÁLISE DA FASE INTERNA PELA CGM DE COELHO NETO-MA.

## **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Controladoria Geral do Município o processo **PR2022.12/CLHO-05144**, interessado: **Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Educação, Planejamento e Gestão, Saúde**, cujo objeto é **Registro de preço para futura e eventual aquisição de uniformes, camisas, camisetas, tecidos e fardamento escolar para atender as demandas da administração direta do município de Coelho Neto/MA**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para exame dos aspectos técnicos e formais da fase interna.

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Coelho Neto, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências abrangidas pela Lei Municipal nº 773, de 07 de março de 2022, especialmente no seu artigo 41, inciso I, que diz “*realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas*”, e os incisos X e IX, que preconizam respectivamente “*examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas pelo Município que derem origem à despesa*” e “*realizar auditorias técnicas e administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico*”, apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

## **II – ANÁLISE**

A análise realizada por esta unidade de controle interno municipal visa o controle e verificação da formalização dos atos. Assim, o aludido processo encontra-se instruído com as peças listadas na seção Formalização.

### **II.I – FORMALIZAÇÃO**

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no art. 38 da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e artigo 8º do Decreto 10.024/2019:

- Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número **PR2022.12/CLHO-05144**;
- Solicitação de despesa pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e Cidadania, Educação, Planejamento e Gestão, Saúde, contendo a justificativa para a contratação, a especificação do objeto e quantidades demandadas;
- Termo de Referência;
- Cópia de solicitação de pesquisa de mercado;
- Cotação;
- Indicação de existência e fonte de recurso para a despesa (dotação orçamentária);
- Despacho da Controladoria Geral do Município apontando pendências a serem sanadas;
- Devolução de autos com pendências sanadas;
- Despacho da Controladoria Geral do Município pela continuidade;
- Autorização para abertura de licitação, aprovação do termo de referência e declaração de adequação orçamentária e financeira;
- Minuta do edital e anexos (Termo de referência, Minuta de Ata de Registro de Preços e Minuta de Contrato);
- Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 0032/2023, no qual aprova a minuta do edital e anexos;

### **II.II – PENDÊNCIAS**

Após análise realizada por este Controle Interno, foi identificado a seguinte situação:

- Item 24.4 do edital apresenta prazo extemporâneo ao prazo contido no artigo 12 do Decreto nº 3555/2000.

### **II.III – MODALIDADE ADOTADA**

A modalidade adotada para a presente licitação foi PREGÃO ELETRÔNICO, versando o Parecer Jurídico nº 0032/2023 da Procuradoria Geral do Município sobre tal modalidade.

O pregão, possui regramento específico, tipificado na Lei nº 10.520/2002, em que descreve seu cabimento de acordo com a contratação. Assim aborda o artigo 1º da referida lei:

**Art. 1º** Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

**Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesta esteira, nos termos do dispositivo acima, a modalidade adotada está em conformidade com o regramento legal, por cumprir os requisitos do artigo. Por esta razão, não há impedimento acerca da escolha na modalidade da licitação.

### **II.III – MINUTA DO EDITAL**

Consoante a minuta do edital, previamente apreciado e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, consideramos como regular o cumprimento da exigência do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que determina “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**”.

### **III - CONCLUSÃO**

Considerando todo o exposto, fundamentada ainda pela regularidade apontada no parecer jurídico nº 014/2023 da Procuradoria Geral do Município, manifesto-me pela retificação da pendência apontada na Seção II.II deste parecer, no seguinte sentido:

- Prazo de esclarecimento do edital de 03 (três) dias seja retificado para 02 (dois) dias, nos termos do artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

Após retificação da ressalva, prosseguir com o feito, visto que os pressupostos legais foram atendidos, bem como a devida formalização dos autos.

Oriento que seja instruído nos autos a designação do(a) Pregoeiro(a) e da equipe de apoio que atuará no procedimento e que o princípio da publicidade seja atendido, promovendo as publicações de praxe, inclusive nos meios de transparência municipal e TCE/MA. Por fim, remeto os autos à apreciação da Autoridade Competente.

*É o parecer, salvo melhor juízo.*

Coelho Neto/MA, 01 de março de 2023.

**Maria Deusilene Nunes Almeida dos Santos**  
**Subcontroladora Geral**  
**Portaria nº 012/2022-SEMPG**  
**Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA**